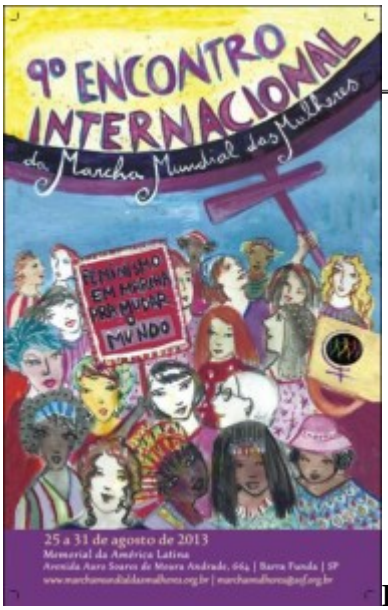
Marcha Mundial das Mulheres reúne 1,6 mil militantes de todo o mundo em SP



Da [Agência Brasil]

Cerca de 1,6 mil mulheres vindas de todo o mundo participam ao longo da semana do 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), na capital paulista. A abertura pública do evento aconteceu nesta segunda-feira (26), no Memorial da América Latina.

Além de fazer um balanço das atividades dos dois últimos anos, serão discutidas pautas relativas às mulheres em todo o mundo. “Vamos fazer um balanço dessa trajetória de construção de um feminismo popular, enraizado nas lutas locais, mas também articulado a partir de ações internacionais”, ressalta Tica Moreno, da coordenação nacional da MMM, sobre o evento que marca o fim da gestão brasileira no movimento. “Desde 2006, a coordenação internacional da marcha está aqui no Brasil. Foi um período que a gente apendeu muito”, acrescentou.

As pautas serão discutidas dentro da proposta que considera que as reivindicações sociais estão intimamente ligadas às demandas feministas. “Os desafios que a gente enfrenta para mudar o mundo e a vida das mulheres são as questões mais globais do capitalismo patriarcal, da divisão sexual do trabalho, da forma de organização da sociedade de mercado. Não basta um feminismo que beneficia apenas setores das mulheres”, pontua Tica.

No Brasil, ganham destaque as violações de direitos humanos ligadas às grandes obras e eventos esportivos. “Quando a gente fala, por exemplo, da prostituição, que é usada nos territórios das grandes obras, que cresce entre as mulheres pobres das cidades, é um fator que gera tanto dinheiro para um mercado, mas também prazer, alívio e poder para os homens”, explica a militante.

O direito ao aborto, que teve a discussão acirrada com a tramitação do Estatuto do Nascituro – Projeto de Lei (PL) 478/2007 –, também é um dos temas que preocupa as participantes da marcha. “Hoje, no Brasil, por mais que todas estejam na clandestinidade, as mulheres que sofrem mais com a questão do aborto são aquelas que não conseguem pagar para ter um aborto seguro”, disse Tica, após comentar que considera o estatuto, em tramitação na Câmara dos Deputados, parte de uma ofensiva contra os direitos das mulheres.

Compartilhe nas redes: